

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

Lei nº 2972 de 29 de junho de 2012.

Excepciona o prazo de que trata o inciso II do artigo 373, da Lei 2624, de 28 de dezembro de 2008, publicada em 30 de dezembro de 2008, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica automaticamente e excepcionalmente prorrogada, por mais 120(cento e vinte) dias, a validade de todos os alvarás de autorização provisória concedidos até a promulgação desta Lei, cujo prazo de que trata o inciso II, do artigo 373, da Lei nº 2624, de 28 de dezembro de 2008, já tenha expirado.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de junho de 2012.

Jorge Roberto Silveira – Prefeito

(PROJETO DE LEI Nº. 095/2012 - Autor: Mensagem Executiva nº. 22/2012)

Lei nº 2973 de 29 de junho de 2012

Dispõe sobre alterações na estrutura administrativa do Poder Executivo.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinta, da estrutura administrativa do Poder Executivo, a Secretaria Municipal de Projetos Especiais, criada pela Lei nº 2640, de 01 de maio de 2009.

Art. 2º Fica transformada a Secretaria Municipal de Habitação, criada pela Lei nº 2640, de 01 de maio de 2009, em Subsecretaria Municipal de Habitação, integrante da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Urbanismo, mantidos os seus acervos, cargos e atribuições, conforme Anexo I.

Art. 3º Ficam criadas, na estrutura administrativa de que tratam as Leis nº 1565/1996 e nº 2640/2009, as seguintes Subsecretarias:

I - subsecretaria, integrante da Secretaria Municipal de Segurança e Controle Urbano, com a atribuição de coordenar pesquisas e elaboração de estudos na área da Segurança Pública.

II - subsecretaria, integrante da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Defesa Civil, com a atribuição de promover estudos, pesquisas, desenvolvimento de projetos e monitoramento metereológico e geológico objetivando elaborar mapeamento para a redução de riscos e calamidades.

III - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, integrante da Secretaria Municipal de Fazenda, com a atribuição coordenar e promover a adequação da gestão orçamentária e do planejamento municipal.

Art. 4º Os cargos de provimento em comissão integrantes da Secretaria Municipal de Projetos Especiais, criada pela Lei nº 2640, de 01 de maio de 2009, ficam transformados nos cargos constantes dos anexos II, III, IV e V, sem aumento de despesas.

Art. 5º Fica criado na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração o Departamento de Compras e Logística, integrando a este a Divisão de Compras, atualmente subordinado ao Departamento de Material e Patrimônio.

§1º A Divisão de Compras passa a denominar-se Divisão de Compras e Registro de Preços.

§2º Fica transformado o cargo de Diretor Técnico - DG, sem aumento de despesas, em Diretor de Compras e Logística - DG.

Art. 6º O saldo decorrente das extinções e transformações de que trata esta Lei será absorvido oportunamente, de acordo com as necessidades da Administração.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as modificações administrativas e orçamentárias destinadas ao cumprimento da presente Lei, podendo transferir dotações, criar ou extinguir programas de trabalho e elemento de despesa, desde que mantido o equilíbrio entre a receita e a despesa, respeitado o valor total do Orçamento aprovado para o presente exercício.

Art.8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de junho de 2012.

Jorge Roberto Silveira – Prefeito

(PROJETO DE LEI Nº. 102/2012 - Autor: Mensagem Executiva nº. 25/2012)

ANEXO

CARGOS A TRANSFORMAR

Da Secretaria Municipal de Habitação:

- 01 cargo de Secretário, símbolo SM
- 03 cargos de Subsecretário, símbolo SS
- 01 cargo de Diretor Geral, símbolo DG
- 02 cargos de Assessor Especial, símbolo CC-1
- 01 cargo de Assistente A, símbolo CC-2
- 01 cargo de Assistente B, símbolo CC-3
- 01 cargo de Assistente C, símbolo CC-4

Da Secretaria Municipal de Projetos Especiais:

- 01 cargo de Secretário, símbolo SM
- 01 cargo de Subsecretário, símbolo SS
- 01 cargo de Diretor Geral, símbolo DG
- 01 cargo de Assessor Especial, símbolo CC-1
- 01 cargo de Assistente A, símbolo CC-2
- 01 cargo de Assistente B, símbolo CC-3
- 01 cargo de Assistente C, símbolo CC-4

CARGOS RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO

ANEXO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

CARGO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO
Subsecretário de Habitação	SS	01
Subsecretário de Regularização Fundiária	SS	01
Subsecretário	SS	01
Diretor Geral	DG	01
Assessor Especial	CC-1	03
Assistente A	CC-2	02
Assistente B	CC-3	02
Assistente C	CC-4	02

ANEXO II

SECRETARIA DE GOVERNO

CARGO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO
Assistente A	CC-2	01
Assistente B	CC-3	01

ANEXO III

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL

CARGO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO
Subsecretário	SS	01
Assessor Especial	CC-1	02
Assistente A	CC-2	01

ANEXO IV

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CARGO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO
Subsecretário de Planejamento e Orçamento	SS	01

ANEXO V

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

CARGO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO
Subsecretário	SS	01

Lei nº 2974 de 29 de junho de 2012.

Institui a Superintendência Jurídica da Fundação Municipal de Educação e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Superintendência Jurídica, órgão jurídico da Fundação Municipal de Educação de Niterói, vinculada à Procuradoria Geral do Município de Niterói.

Parágrafo único. A Superintendência Jurídica da Fundação Municipal de Educação de Niterói é instituição que, diretamente representa a Fundação de Educação de Niterói, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos desta lei, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico.

Art. 2º A Superintendência Jurídica da Fundação Municipal de Educação de Niterói, dirigida por um Diretor, símbolo DG, diretamente subordinado ao Presidente, sem prejuízo do pleno exercício da sua independência técnica e controle da juridicidade dos atos da Fundação.

Parágrafo único. Compete à Superintendência Jurídica da Fundação Municipal de Educação de Niterói:

I - a representação judicial da Fundação Municipal de Educação, nas ações em que for parte, em qualquer Juízo ou Tribunal;

II - o exercício de funções de consultoria e assessoramento jurídico através da emissão de pareceres, informações, elaboração de minutas que lhes forem solicitadas pela Presidência ou pelas demais Diretorias;

III - elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Judiciário em mandados de segurança impetrados contra atos da Presidência da Fundação ou contra as demais autoridades integrantes de sua estrutura administrativa;

IV - defender os interesses da Fundação Municipal de Educação em contenciosos administrativos;

V - opinar, quando solicitado, sobre providências de ordem jurídica de efeitos internos ou externos aconselhadas pelo interesse público e pela aplicação das leis vigentes;

VI - propor ao Presidente a edição de normas, mediante o oferecimento de minuta de projeto, desde que situados na esfera de iniciativa da Presidência da Fundação;

VII - propor ao Presidente medidas que julgar necessárias e indispensáveis, desde que de caráter Jurídico;

VIII - elaborar minutas padronizadas de contratos e outros atos a serem firmados pela Fundação;

IX - opinar, previamente, com referência ao cumprimento de decisões judiciais;

X - examinar as manifestações e expedientes de natureza jurídica oriundos dos órgãos internos da Fundação a ela submetidos pelo Presidente;

XI - desempenhar outras atribuições que lhe forem expressa e formalmente designadas pelo Presidente;

XII - proceder, através da emissão de parecer, o exame da legalidade e constitucionalidade do ordenamento jurídico da Fundação Municipal de Educação, de efeitos internos ou externos, a ela submetidos pelo Presidente.

XIII - manifestar-se, nos limites de sua esfera de competência, sobre procedimentos licitatórios, contratos, onerosos ou não, e convênios a serem realizados pela Fundação Municipal de Educação com pessoas jurídicas de direito público interno ou pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas.

Art. 3º A Superintendência Jurídica da Fundação compõe-se de cargos de provimento efetivo a serem preenchidos por concurso público de provas e títulos e cargos de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração, especificados nos Anexos I e II.

Parágrafo único. O cargo de Diretor do Departamento de Manutenção e Projetos fica transformado no cargo de Superintendente Jurídico.

Art. 4º A Superintendência Jurídica da Fundação Municipal de Educação tem por chefe o Superintendente Jurídico, cargo de livre nomeação pelo Presidente da Fundação Municipal de Educação, privativo de bacharel em direito, inscrito regularmente na Ordem dos Advogados do Brasil, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º O Superintendente Jurídico é o mais elevado órgão de assessoramento jurídico da Fundação Municipal de Educação, submetido à direta, pessoal e imediata supervisão do Presidente.

§ 2º O Superintendente Jurídico terá substituto eventual designado pelo Presidente, atendidas as condições deste artigo.

Art. 5º Ao Diretor da Superintendência Jurídica, subordinado diretamente ao Presidente, sem prejuízo do pleno exercício da sua independência técnica e controle da juridicidade dos atos da Fundação, compete, dentre outras atribuições:

I - chefiar a Superintendência Jurídica da Fundação Municipal de Educação;

II - superintender e coordenar as atividades da Superintendência, orientando-lhe a atuação;

III - delegar ou avocar atribuições aos seus subordinados;

IV - despachar diretamente com o Presidente ou com os demais diretores integrantes da estrutura administrativa da Fundação;

V - elaborar a política de ação da Superintendência, em consonância com a legislação a ela aplicável e com a orientação emanada da Presidência da FME;

VI - expedir instruções normativas no âmbito da Superintendência;

VII - assessorar o Presidente na consecução de objetivos de sua esfera de competência, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

VIII - opinar previamente sobre a escala de férias e licenças dos integrantes da Superintendência;

IX - sugerir diretamente ao Presidente a instauração de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares;

X - tomar iniciativa referente à matéria de sua competência;

XI - receber, na ausência ou impedimento do Presidente, citações iniciais ou comunicações referentes a qualquer ação ou processos ajuizados contra a Fundação Municipal de Educação;

XII - visar os pareceres, estudos, minutas ou qualquer expediente elaborado pela Superintendência;

XIII - aprovar minutas de contratos, convênios e outros atos no âmbito de sua competência;

XIV - delegar atribuições a seus subordinados, bem como designá-los para a elaboração de pareceres, minutas e representação judicial, nos casos em que julgar necessário ao interesse do serviço;

XV - editar enunciados de súmula administrativa, resultantes de jurisprudência iterativa dos Tribunais;

XVI - encaminhar ao Presidente da Fundação Minuta do Regimento Interno da Superintendência Jurídica da Fundação Municipal de Educação;

XVII - promover a designação dos Membros e servidores, no âmbito da Superintendência Jurídica da Fundação Municipal de Educação;

XVIII - editar e praticar os atos normativos ou não, inerentes a suas atribuições;

XIX - propor, ao Presidente da Fundação Municipal de Educação, as alterações a esta Lei;

XX - Baixar regulamento sobre matéria de interesse da Superintendência Jurídica da Fundação de Educação Municipal;

XXI - encaminhar à Procuradoria Geral do Município, no prazo por ela fixado, todas as informações e documentos solicitados para fins de defesa judicial do Município.

XXII - observar a orientação técnico-jurídica fixada pela Procuradoria Geral do Município, cumprindo todas as suas determinações e recomendações.

Art. 6º Os cargos de Diretor da Superintendência Jurídica e aqueles relacionados nos Anexos I e II são privativos de bacharéis em Direito.

Art. 7º A estrutura da Superintendência Jurídica é integrada pelos cargos mencionados nos Anexos I e II, conforme quadro de transformação sem aumento de despesa.

Art. 8º Ficam convalidados os atos realizados pelos servidores designados para o exercício da função de chefia da assessoria jurídica da Fundação Municipal de Educação até a promulgação desta Lei, sem prejuízo do exercício do poder de autotutela administrativa.

Art. 9º Computam-se, para todos os efeitos legais, o período de cessão de Procurador do Município de Niterói para ocupar cargo de provimento em comissão na Superintendência Jurídica da Fundação Municipal de Educação como de efetivo exercício no órgão de origem.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de junho de 2012.
Jorge Roberto Silveira – Prefeito
(PROJETO DE LEI Nº. 108/2012 - Autor: Mensagem Executiva nº. 28/2012)

TRANSFORMAÇÃO DE CARGO	
CARGO A TRANSFORMAR	CARGO ATUAL
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E PROJETOS	SUPERINTENDENTE JURÍDICO

ANEXO I		
CARGO COMISSIONADO	QUANTITATIVO	SÍMBOLO
DIRETOR(SUPERINTENDENTE JURÍDICO)	01	DG
ASSESSOR JURÍDICO	01	CC2
ASSISTENTES JURÍDICOS	03	CC3
GERENTE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	01	CC2

ANEXO II	
CARGO EFETIVO	QUANTITATIVO
ADVOGADO PÚBLICO	02

Lei nº 2975 de 29 de junho de 2012.
Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2013 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas, os objetivos, as diretrizes e as prioridades da Administração pública municipal para o exercício de 2013, inclusive as orientações para a elaboração, execução e o acompanhamento do Orçamento do Município de Niterói para o exercício de 2013, nela compreendendo:

I - as prioridades e as metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as políticas de aplicação financeira para o desenvolvimento municipal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;

VIII - as disposições finais.

CAPÍTULO II
Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013, especificadas de acordo com os macroobjetivos estabelecidos no Plano Plurianual 2010-2013 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO III
Da Administração Financeira, Orçamentária e Tributária

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º O orçamento compreenderá as receitas e despesas referentes aos Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, além das dotações pertinentes às Empresas e Sociedades de Economia Mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 5º É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - às entidades que prestam atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura ou civismo;

II - às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III - às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 6º É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em créditos adicionais, a *título de auxílios* para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social e de proteção ao meio ambiente;

II - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais;

III - destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 7º A execução das ações de que tratam os arts. 5º e 6º fica dispensada de autorização em lei específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo único. A destinação de recursos para entidades privadas, a título de contribuições, nos termos dos arts. 12, §§ 2º e 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, fica condicionada à autorização específica de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 8º É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 9º As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Lei, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos, observado o disposto na Lei Complementar nº 131/2009.

Art. 10. As transferências de recursos às entidades previstas nos art. 5º e 6º desta lei deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

§1º Compete ao Órgão concedente, o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§2º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberam recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 11. É vedada à destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam à ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 12. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades e empresas públicas, para clubes e associações dos servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto nos casos em que esses recursos venham a ser destinados a creches e instituições para o atendimento pré-escolar, do idoso e dos portadores de deficiência e vítimas de epidemias, projetos ambientais, projetos sociais e programa médico de família.

Art. 13. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, e para abertura de créditos suplementares, em conformidade com o art. 167, incisos III, V e VI, da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº. 101/00.

Art. 14. A contratação de operações de crédito será limitada ao atendimento das necessidades relativas:

I - ao serviço da dívida e do seu refinanciamento;

II - aos investimentos prioritários e à execução dos serviços essenciais;

III - ao refinanciamento de dívida de responsabilidade do Tesouro Municipal.

Art. 15. Além da observância das prioridades e metas elencadas no Anexo desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observados o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº. 101/00, somente incluirão projetos novos, após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 16. Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que esteja definida a fonte de recurso disponível, assim como em desacordo com os ditames desta Lei.

Art. 17. A Lei Orçamentária discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União e do Estado, destinado à execução descentralizada das ações de saúde, conforme estabelecido no art. 215, da Lei Orgânica do Município.

Art. 18. As despesas com custeio administrativo e operacional da administração Municipal, exceto na área de educação infantil e fundamental, só poderão ter suas dotações reajustadas respeitando o percentual de variação das receitas correntes do Município, salvo nos casos de comprovada insuficiência decorrente de incremento físico de serviços essenciais prestados a comunidade ou de novas atribuições recebidas no decorrer do exercício, devido a mudanças na estrutura administrativa.

Art. 19. As receitas próprias das Autarquias, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o art. 4º desta Lei, serão programadas para atender, preferencialmente, respeitadas as peculiaridades de cada um, gastos com despesas obrigatórias.

Art. 20. As propostas orçamentárias do Poder Legislativo deverão ser elaboradas na forma e conteúdo estabelecido na presente Lei.

Art. 21. O projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado a Câmara Municipal, conforme estabelecido no inciso III do *caput*, do art. 165 da Constituição Federal e art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, será composto de:

I - texto de lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei;

V - discriminação da Legislação básica da receita, referente ao Orçamento;

§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, deste artigo, incluindo os complementos do art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - do resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e rubrica;

II - da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

III - da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

IV - da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias e seu desdobramento em fontes, até os quatro anos anteriores ao exercício a que se refere a proposta orçamentária, com colunas distintas para a receita prevista e a efetivamente arrecadada;

V - da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;

VI - das despesas e receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o equilíbrio orçamentário.

VII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal;

VIII - quadro geral da receita do orçamento, por rubrica e fontes;

IX - descrição sucinta, para cada unidade orçamentária, de suas principais finalidades com respectiva legislação;

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - resumo da política econômica e social do governo;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e despesa;

III - memória de cálculo da estimativa da receita;
IV - do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, na forma disposta no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar 101/00.
Art. 22. As propostas orçamentárias do Poder Legislativo, Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundos Especiais, deverão ser elaboradas na forma e conteúdo estabelecido nesta Lei, em consonância com as disposições sobre a matéria, contidas na Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Lei Complementar 101/00 e na Lei Orgânica Municipal.
Art. 23. O Poder Legislativo terá uma dotação global, na Lei Orçamentária, que não poderá ultrapassar o percentual de 5% (cinco por cento) conforme estabelecido pela Emenda Constitucional Nº 58 de 23/09/2009 relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, relativamente ao realizado no exercício anterior, excluídos os inativos.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2013 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
Parágrafo único. O Poder Executivo deverá colocar à disposição do Poder Legislativo e do Ministério público, os estudos e as estimativas das receitas, conforme o § 3º, art. 12 da Lei Complementar nº. 101/00.
Art. 25. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei Orçamentária, serão elaborados a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.
Art. 26. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2013 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais.
Art. 27. A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2013, conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:
I - realização de receitas não previstas;
II - disposições legais a nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas;
III - adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa.
Art. 28. Somente poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto ao Poder Legislativo.
Art. 29. A proposta orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, até, 3% (três por cento) da receita corrente líquida e será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 30. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente do refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 31. O Poder Executivo, quando da elaboração de sua Proposta Orçamentária para pessoal e encargos sociais, deverá observar o artigo 71 da Lei Complementar nº. 101/00, devendo considerar os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, sem prejuízo do disposto no artigo 27 desta Lei, devendo o executivo proceder ao disposto no artigo 169, parágrafo 3º, incisos I e II, da Constituição Federal, no caso de extrapolção dos limites.
Art. 32. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, no exercício financeiro de 2013, observarão os limites previstos no artigo 29A da Constituição Federal e artigo 20, inciso III, da Lei Complementar nº. 101/00.
Art. 33. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, fica autorizado às concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal, por concurso público ou a qualquer título, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº. 101/00.

CAPÍTULO VII

Da Política de Aplicação Financeira para o Desenvolvimento Municipal

Art. 34. A aplicação de recursos oficiais para o desenvolvimento do Município dará prioridade às ações e diretrizes que:
I - permitam o acesso da população de baixa renda ao conjunto de bens e serviços socialmente prioritários que lhe possibilite a obtenção de um novo padrão de bem estar social;
II - atendam às micro, pequenas e médias empresas, bem como aos pequenos e médios produtores e suas cooperativas;
III - atendam a projetos sociais, de infra-estrutura econômica e de habitação popular e urbanização de favelas;
IV - objetivem o desenvolvimento econômico-social do Município e impliquem na distribuição de renda e geração de empregos;
V - atendam a projetos destinados à defesa, preservação e recuperação do meio ambiente.

CAPÍTULO VIII

Diretrizes de gestão tributária e Financeira

Art. 35. As diretrizes de gestão tributária e financeira do Município devem visar a:
I - aumentar a produtividade na arrecadação dos tributos próprios;
II - propiciar nível adequado de facilitação aos contribuintes nas relações com a Fazenda Municipal;
III - aperfeiçoar e integrar os sistemas informatizados de controle de arrecadação, conciliação bancária e de atendimento ao contribuinte;
IV - reestruturar os procedimentos relativos ao processo administrativo-tributário (litígio tributário);
V - reestruturar os sistemas de avaliação e controle de despesa e das contas bancárias.
Art. 36. A Lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do artigo 14, da Lei Complementar nº. 101/00.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 37. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.
Parágrafo único. As propostas de atos que resultem em criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, entendida aquela que constitua ou venha a se constituir em obrigação legal do Município, deverão, previamente, ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Fazenda e a Controladoria Geral do Município para que se manifestem sobre a sua adequação orçamentária e financeira.
Art. 38. A limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir as metas fiscais previstas será feita de forma proporcional ao montante de recursos alocados para o atendimento de *outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras* da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município.

§ 1º Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos encargos da dívida pública.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará, para análise do Poder Legislativo, acompanhado de memória de cálculo dos parâmetros e da justificativa do ato, o montante que lhe caberá na limitação do empenho e da movimentação financeira.

Art. 39. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para entidade privada de que trata o artigo 17, da Lei nº. 4.320/64 conterà, obrigatoriamente, referência ao Programa de Trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário.

Art. 40. Para efeito desta Lei, entende-se por despesa irrelevante, para fins do parágrafo 3º, do art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00, aquela cujos valores não ultrapassem os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei nº. 8666/93.

Art. 41. Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº. 101/00:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesa relativa a prestação de serviços já existente e destinada à manutenção da administração pública, considera-se como compromissada apenas a prestação cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro.

Art. 42. O Poder Executivo deverá elaborar e divulgar, até 30 dias após a publicação do orçamento anual para 2013, o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão ou entidade nos termos do art. 8º, da Lei Complementar nº. 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 43. O Poder executivo estabelecerá, com base nos limites fixados na Lei de Orçamento Anual quadros de cotas mensais de despesa de modo a manter, durante o exercício, o equilíbrio entre receita arrecadada e a despesa realizada.

Art. 44. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 45. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares, destinados ao órgão do Poder Legislativo, serão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma do disposto no artigo 168, da Constituição Federal.

Art. 46. A responsabilidade pela elaboração dos Orçamentos, de que trata a presente Lei, será da Secretaria Municipal de Fazenda, cabendo o apoio técnico à Controladoria Geral do Município.

Art. 47. O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal de Niterói, até 30 de setembro de 2012.

Art. 48. O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado à sanção, até 15 de dezembro de 2012.

Art. 49. O Poder Executivo divulgará, por Unidade Orçamentária de cada Órgão, Fundo ou Entidade que integram o orçamento de que trata esta Lei, o quadro de detalhamento de despesa, explicitando, para cada categoria de programação, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos.

Parágrafo único. O detalhamento da Lei Orçamentária, bem como os créditos adicionais, relativos ao Poder Legislativo, respeitado o total fixado no Art. 23, será autorizado, no seu âmbito, mediante Resolução do Presidente da Câmara.

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado:

I - a incluir, excluir, alterar e transferir ações, desde que não resultem no desequilíbrio entre receita e despesa;

II - em caso de alteração na estrutura organizacional, a remanejar os programas e ações aprovados.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 29 de junho de 2012.

Jorge Roberto Silveira – Prefeito

(PROJETO DE LEI Nº. 052/2012 - Autor: Mensagem Executiva nº. 18/2012)

ANEXO DE METAS FISCAIS 2013

METODOLOGIA DE CÁLCULO						
A receita estimada para o exercício financeiro do ano de 2013 é da ordem de R\$ 1.500.000.000,00 (Um bilhão e quinhentos milhões de reais). Para os cálculos da estimativa, projetou-se 2013 apenas corrigindo inflacionariamente a estimativa da arrecadação das receitas do Tesouro para exercício de 2012 mediante a aplicação do índice de 5,24%, tomando-se por base o IPCA previsto para 2012, conforme projetado na 165ª reunião realizada pelo Banco Central sobre o tema. Ressalta-se, contudo, que as estimativas das receitas próprias e das rendas transferidas, são de caráter preliminar, uma vez que ainda não se faz possível montar cenário seguro, sobre o comportamento da economia ao longo do exercício em curso. Esta mesma metodologia foi utilizada na projeção das receitas de outras fontes de recursos. Para os exercícios de 2014 e 2015 estimamos aumentos de 5,% em comparação com os anos de 2013 e 2014 respectivamente. Para a Dívida Consolidada para 2013, projetou-se o mesmo percentual de 5,24% sobre o valor realizado no exercício de 2011. Foram mantidos os percentuais de 5% para os exercícios de 2014 e 2015.						

METAS ANUAIS

2013

AMF - Tabela 1
(LRF, ART. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2013		2014		2015	
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	Valor Corrente (b)	Valor Constante	Valor Corrente (c)	Valor Constante
Receita Total	1.500.000.000	1.425.855.513	1.575.000.000	1.425.855.513	1.653.750.000	1.425.892.395
Receitas Primárias (I)	1.433.702.922	1.362.835.477	1.505.388.068	1.362.835.477	1.580.657.471	1.362.870.729
Despesa Total	1.500.000.000	1.425.855.513	1.575.000.000	1.425.855.513	1.653.750.000	1.425.892.395
Despesas Primárias (II)	1.473.702.628	1.400.858.011	1.547.387.759	1.400.858.011	1.624.757.147	1.400.894.246
Resultado Primário(III)=(I - II)	-39.999.706	-38.022.534	-41.999.691	-38.022.534	-44.099.676	-38.023.518
Resultado Nominal	-53.847.258	-51.185.606	6.025.750	5.455.142	12.352.788	10.650.792

Dívida Pública Consolidada Dívida Consolidada Líquida	283.134.750 169.244.292	269.139.496 160.878.605	297.291.488 177.706.506	269.139.497 160.878.604	312.156.062 186.591.832	269.146.458 160.882.766
---	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2013

AMF - Tabela 2 (LRF , ART. 4º , § 2º , inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2011 (a)	Metas Realizadas em 2011 (b)	Variação	
			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	1.245.555.000	1.223.407.550	-22.147.450	-1,8
Receitas Primárias (I)	1.222.005.000	1.172.418.680	-49.586.320	-4,1
Despesa Total	1.245.555.000	1.284.554.128	38.999.128	3,1
Despesas Primárias (II)	1.224.025.200	1.260.801.274	36.776.074	3,0
Resultado Primário (III) = (I - II)	-2.020.200	-88.382.594	-86.362.394	4.274,9
Resultado Nominal	-15.588.482	-55.055.543	-39.467.061	253,2
Dívida Pública Consolidada	83.699.996	269.037.201	185.337.205	221,4
Dívida Consolidada Líquida	37.367.597	114.514.450	77.146.853	206,5

FONTE : RREO 3º QUADRIMESTRE 2011

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2013

AMF - Tabela 3 (LRF , ART. 4º , § 2º , inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	
Receita Total	1.047.063.800	1.223.407.550	16,84	1.430.103.000	16,90	1.500.000.000	4,89	1.575.000.000	5,00	1.653.750.000	5,00	
Receitas Primárias (I)	1.033.870.700	1.172.418.680	13,40	1.410.674.000	20,32	1.433.702.922	1,63	1.505.388.068	5,00	1.580.657.471	5,00	
Despesa Total	1.024.473.200	1.284.554.128	25,39	1.410.674.000	9,82	1.500.000.000	6,33	1.575.000.000	5,00	1.653.750.000	5,00	
Despesas Primárias (II)	1.008.254.700	1.260.801.274	25,05	1.419.604.000	12,60	1.473.702.628	3,81	1.547.387.759	5,00	1.624.757.147	5,00	
Resultado Primário(III)=(I - II)	25.616.000	-88.382.594	445,03	-8.930.000	-89,90	-39.999.706	347,93	-41.999.691	5,00	-44.099.676	5,00	
Resultado Nominal	128.837.300	-55.055.543	142,73	155.109.772	381,73	-53.847.258	-134,72	6.025.750	111,19	12.352.788	105,00	
Dívida Pública Consolidada	245.849.336	269.037.201	9,43	249.055.852	-7,43	283.134.750	13,68	297.291.488	5,00	312.156.062	5,00	
Dívida Consolidada Líquida	173.568.113	160.817.454	-7,35	182.696.781	13,61	169.244.292	-7,36	177.706.506	5,00	186.591.832	5,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	
Receita Total	1.180.983.260	1.302.929.041	10,33	1.430.103.000	9,76	1.425.855.513	-0,30	1.425.855.513	0,00	1.425.892.395	0,00	
Receitas Primárias (I)	1.166.102.763	1.248.625.894	7,08	1.410.674.000	12,98	1.362.835.477	-3,39	1.362.835.477	0,00	1.362.870.729	0,00	
Despesa Total	1.155.503.322	1.368.050.146	18,39	1.410.674.000	3,12	1.425.855.513	1,08	1.425.855.513	0,00	1.425.892.395	0,00	
Despesas Primárias (II)	1.137.210.476	1.342.753.357	18,07	1.419.604.000	5,72	1.400.858.011	-1,32	1.400.858.011	0,00	1.400.894.246	0,00	
Resultado Primário(III)=(I - II)	28.892.286	-94.127.463	425,79	-8.930.000	-90,51	-38.022.534	325,78	-38.022.534	0,00	-38.023.518	0,00	
Resultado Nominal	145.315.591	-58.634.153	140,35	155.109.772	364,54	-51.185.606	133,00	5.455.142	110,66	10.650.792	95,24	
Dívida Pública Consolidada	277.293.466	286.524.619	3,33	249.055.852	-13,08	269.139.496	8,06	269.139.497	0,00	269.146.458	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	195.767.475	171.270.589	-12,51	182.696.781	6,67	160.878.605	-11,94	160.878.604	0,00	160.882.766	0,00	

FONTE : RREO 3º QUADRIMESTRE 2011

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2013

AMF - Tabela 5 (LRF , art. 4º , § 2º inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2011	2010	2009
RECEITAS DE CAPITAL	147.618	5.900	20.800
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	147.618	5.900	20.800
Alienação de Bêns Móveis	54.000		0
Alienação de Bêns Imóveis	93.618	5.900	20.800
TOTAL	147.618	5.900	20.800

DESPESAS LIQUIDADAS	2011	2010	2009
APLICAÇÃO DE RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Finaceiras	0	0	0
Amortização da dívida	0	0	0

DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	
Regime geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprios dos Sevidores Públicos	0	0	0
TOTAL	0		
SALDO FINANCEIRO	147.618	5.900	20.800

FONTE : RREO 3º QUADRIMESTRE 2011

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2013

AMF - Tabela 6 (LRF , art. 4º , § 2º inciso IV, alínea "a")

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2009	2010	2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	22.391.400	26.046.100	29.163.414
RECEITAS CORRENTES	22.391.400	26.046.100	29.163.414
Receita de Contribuições	21.969.700	24.928.000	28.513.484
Pessoal Civil	21.969.700	24.928.000	28.513.484
Pessoal Militar			
Receita Patrimonial	108.000	41.500	42.210
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	313.700	1.076.600	607.719
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	311.700	1.035.800	503.095
Demais Receitas Correntes	2.000	40.800	104.624
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	17.860.700	27.845.900	31.712.258
RECEITAS CORRENTES	17.860.700	27.845.900	31.712.258
Receita de Contribuições	17.860.700	27.845.900	31.712.258
Pessoal Civil	17.860.700	27.845.900	31.712.258
Pessoal Militar	0	0	0
Contribuição Previdenciária para Cobertura de déficit atuarial - RPPS			
Contribuição Previdenciária em Regimes de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital	0	0	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	96.413.500	108.926.200	117.549.634
OUTROS APORTES AO RPPS	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	136.665.600	162.818.200	178.425.306

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2009	2010	2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	137.180.500	155.058.800	183.982.424
ADMINISTRAÇÃO	7.277.300	4.497.400	4.846.866
Despesas Correntes	7.257.700	4.454.700	4.819.425
Despesas de Capital	19.600	42.700	27.439
PREVIDÊNCIA SOCIAL	129.903.200	149.969.700	176.847.261
Pessoal Civil	129.903.200	140.969.700	176.847.261
Pessoal Militar			
Outras depesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO - ORÇAMENTÁRIAS)			
ADMINISTRAÇÃO			

Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
RESERVA DO RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	137.180.500	155.058.800	183.982.424
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	-514.900	7.759.400	123.106.752

FONTE : RREO 3º QUADRIMESTRE 2011

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS - 2013

AMF - Tabela 7 (LRF , art. 4º , § 2º inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PRVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2010	0	0	0	0
2011	0	0	0	0
2012	20.731.089	973.593	19.757.496	19.757.496
2013	24.752.100	1.797.069	22.955.031	42.712.527
2014	29.308.190	2.554.696	26.753.494	69.466.020
2015	32.571.033	3.261.411	29.309.623	98.775.643
2016	34.064.871	3.873.943	30.190.928	128.966.571
2017	35.470.543	4.568.843	30.901.700	159.868.271
2018	36.980.529	5.033.818	31.946.711	191.814.982
2019	38.462.496	5.828.605	32.633.891	224.448.873
2020	39.812.017	7.260.724	32.551.293	257.000.166
2021	40.886.638	9.427.941	31.458.697	288.458.863
2022	42.041.246	10.727.073	31.314.173	319.773.036
2023	42.871.730	14.866.658	28.005.072	347.778.108
2024	43.669.410	19.207.124	24.462.286	372.240.394
2025	44.257.689	24.175.796	20.081.893	392.322.287
2026	44.855.174	28.644.858	16.210.316	408.532.603
2027	45.356.361	32.924.542	12.431.819	420.964.422
2028	45.635.719	38.246.778	7.388.941	428.353.363
2029	45.923.238	41.598.319	4.324.920	432.678.283
2030	46.094.501	46.446.885	-352.385	432.325.898
2031	46.238.814	51.142.541	-4.903.728	427.422.170
2032	46.461.561	53.912.251	-7.450.690	419.971.481
2033	46.646.539	58.320.169	-11.673.630	408.297.851
2034	46.751.642	63.102.877	-16.351.235	391.946.615
2035	46.855.711	67.065.382	-20.209.671	371.736.945
2036	46.969.507	70.733.977	-23.764.469	347.972.475
2037	47.097.733	74.289.111	-27.191.378	320.781.097
2038	47.212.738	77.385.209	-30.172.471	290.608.627
2039	47.327.264	80.640.386	-33.313.123	257.295.504
2040	47.425.237	84.299.099	-36.873.862	220.421.642
2041	47.513.696	87.555.365	-40.041.669	180.379.973
2042	47.608.656	91.947.591	-44.338.935	136.041.037
2043	47.583.135	98.365.717	-50.782.582	85.258.456
2044	47.469.749	103.940.547	-56.470.797	28.787.659
2045	47.372.447	109.051.313	-61.678.866	-32.891.208
2046	47.293.274	113.604.006	-66.310.732	-99.201.939
2047	47.223.939	118.728.663	-71.504.725	-170.706.664
2048	47.104.539	123.781.394	-76.676.854	-247.383.518
2049	46.966.202	127.713.942	-80.747.740	-328.131.258
2050	46.884.751	131.267.055	-84.382.304	-412.513.562
2051	46.826.737	134.188.137	-87.361.400	-499.874.962
2052	46.803.248	136.254.746	-89.451.498	-589.326.460
2053	46.810.433	137.950.438	-91.140.005	-680.466.464
2054	46.824.467	139.103.894	-92.279.427	-772.745.891
2055	46.828.069	140.459.376	-93.631.307	-866.377.198
2056	46.785.429	141.436.590	-94.651.161	-961.028.359
2057	46.740.766	142.322.156	-95.581.389	-
2058	46.726.338	142.306.807	-95.580.469	-
2059	46.775.423	142.452.817	-95.677.394	-

2060	46.787.615	142.214.588	-95.426.973	1.343.294.584	-
2061	46.812.715	141.964.221	-95.151.506	1.438.446.090	-
2062	46.817.133	140.963.588	-94.146.455	1.532.592.544	-
2063	46.843.233	140.302.533	-93.459.300	1.626.051.844	-
2064	46.853.589	139.026.650	-92.173.061	1.718.224.906	-
2065	46.866.481	137.808.776	-90.942.295	1.809.167.201	-
2066	46.825.972	136.372.165	-89.546.193	1.898.713.393	-
2067	46.791.803	134.812.424	-88.020.621	1.986.734.014	-
2068	46.791.950	132.969.498	-86.177.548	2.072.911.562	-
2069	46.803.388	130.826.482	-84.023.094	2.156.934.656	-
2070	46.857.061	128.766.738	-81.909.677	2.238.844.333	-
2071	46.909.737	126.022.832	-79.113.095	2.317.957.428	-
2072	46.937.905	123.294.053	-76.356.148	2.394.313.576	-
2073	46.943.709	120.783.828	-73.840.119	2.468.153.694	-
2074	46.959.624	118.358.705	-71.399.081	2.539.552.775	-
2075	46.954.816	115.976.799	-69.021.984	2.608.574.759	-
2076	46.970.867	113.717.602	-66.746.736	2.675.321.495	-
2077	46.978.769	111.433.474	-64.454.704	2.739.776.199	-
2078	46.964.181	109.229.141	-62.264.960	2.802.041.159	-
2079	46.990.776	107.023.250	-60.032.474	2.862.073.633	-
2080	47.008.578	104.931.960	-57.923.382	2.919.997.015	-
2081	46.993.417	102.881.313	-55.887.896	2.975.884.911	-
2082	46.988.866	100.971.924	-53.983.058	3.029.867.969	-
2083	46.947.498	99.188.139	-52.240.641	3.082.108.610	-
2084	46.908.177	97.470.992	-50.562.815	3.132.671.425	-
2085	46.903.347	95.940.288	-49.036.941	3.181.708.366	-
TOTAL	3.316.283.823	6.497.992.189	-3.181.708.365		

FONTE : RREO 3º
QUADRIMESTRE 2011

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

2013

AMF - Tabela 8 (LRF , art. 4º , § 2º
inciso v)

TRIBUTO	MODALIDADE	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
		2013	2014	2015	
IPTU	Lei de Incentivo a antecipação do pagamento em cota única anual do IPTU, mediante desconto de 10% (Dez pontos percentuais)	8.091.075	8.495.629	8.920.411	A renuncia não afetará a meta fixada, uma vez que já foi considerada na estimativa de receita. Este tipo de incentivo é concedido à longa data.
TOTAL		8.091.075	8.495.629	8.920.411	

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2013

AMF - Tabela 9 (LRF , art. 4º , § 2º
inciso v)

EVENTOS	PREVISTO PARA 2013	DETALHAMENTO DA COMPENSAÇÃO
Expansão e manutenção de Módulos de Saúde	7.000.000	Aumento da Receita com base no recadatramento do IPTU, modernização da Cobrança
Expansão e manutenção de Creches, Escolas e Outras Unidades Educacionais	8.000.000	do ISS (Nota Fiscal Eletrônica), Fiscalização atuante na área tributária.
Aumento vegetativo na folha de pagamento / Preenchimento de cargos	11.350.000	Aumento vegetativo da receita em razão do crescimento do Município.

TOTAL	26.350.000	26.350.000

DEMONSTRATIVOS DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2013

ARF (LRF , art. 4º , § 3º)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Tributos arrecadados à menor decorrente de fatores econômicos.	13.000.000	Busca do equilíbrio orçamentário, a partir do cancelamento de dotações.	15.000.000
Despesas não previstas em consequência de enchentes ou outros fenômenos naturais	15.000.000	Abertura de créditos adicionais, a partir do cancelamento da reserva de contingência, para a cobertura da despesa.	15.000.000
Passivos Contingentes, decorrentes de fatos imprevisíveis, como Processos Judiciais a serem julgados.	14.000.000	Abertura de créditos adicionais, a partir do cancelamento da reserva de contingência, para a cobertura da despesa.	12.000.000
	42.000.000		42.000.000

DECRETO Nº 11182/2012
O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º, da Lei nº 2881/2011, publicada em 29 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 470.000,00 (Quatrocentos e setenta mil reais), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Quadro de Detalhamento de Despesa, estabelecido no Decreto nº11087, de 04 de janeiro de 2012.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 29/06/2012, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, de 29 de junho de 2012.
Jorge Roberto Silveira – Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 11182/2012

CRÉDITO SUPLEMENTAR

CÓDIGOS				VALORES (R\$)	
Órgão/Unidade	Programa de Trabalho	Despesa	FT	Suplementado	Compensado / Cancelado
1672 - FMAS	0812200012079	31901303	100	200.000,00	
1672 - FMAS	0812200012079	33900400	208	270.000,00	
1672 - FMAS	0812200012079	33504300	208		270.000,00
1672 - FMAS	0824400802089	33504300	100		40.000,00
1672 - FMAS	0824400802089	33903000	100		50.000,00
1672 - FMAS	0824400802089	33903900	100		50.000,00
1672 - FMAS	0824400802089	44905100	100		16.000,00
1672 - FMAS	0824400812072	33504300	100		40.000,00
1672 - FMAS	0824400812072	33903900	100		4.000,00
TOTAL GERAL				470.000,00	470.000,00

FONTE 100 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOIRO MUNICIPAL

FONTE 208 - RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portaria
Considera nomeado, a contar de 28 de junho de 2012, **MARCELO NASSER FILHO** para exercer o cargo de Assistente A, símbolo CC-3, da Secretaria Executiva do Prefeito, em vaga decorrente da exoneração de Andrea Guerreiro de Faria, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/2009 (Port. nº 931/2012)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Atos da Secretária

Portaria

Concede, a partir de 01 de julho de 2012, Assistente Social, nível NS-1, matrícula nº 238.708-0, Sabrina Celestino, 4 anos de Licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares. Ref. Proc. nº 20/1064/2012 (Port. 103/2012).

Departamento de Material e Patrimônio
Pregão presencial nº 18/2012

A Prefeitura Municipal de Niterói comunica que realizará, no dia 13 de junho de 2012, as 10:30, na sala da Comissão Permanente de Licitação, certame na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº 18/2012, do tipo menor preço por lote, destinada à aquisição de material de higiene, para suprir a Secretaria Executiva do Prefeito. O edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.niteroi.rj.gov.br no ícone aviso de licitação – SMA e no Departamento de Material e Patrimônio na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 4º andar, de 09 as 17h (é necessário 01 CD virgem para gravação da planilha da proposta).

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atos do Presidente

PROCESSO Nº. 210/2823/2012 – Ratifico na forma do art. 26, com fulcro no inciso I do art. 25, da Lei nº. 8.666/93, o ato de inexigibilidade de Licitação, referente à contratação direta da PIA SOCIEDADE FILHAS DE SÃO PAULO E OUTROS, para aquisição de 6.400 (seis mil e quatrocentos) livros, através de “vales-livro”, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Niterói que participarem do 3º Salão de Leitura de Niterói, nos sistema de Reembolso às Editoras credenciadas através do Chamamento Público, conforme Portaria Conjunta FME/SME Nº 005/2012, publicada em 20/06/2012, no valor total de **R\$ 64.000,00** (sessenta e quatro mil reais), à conta do Programa de Trabalho Nº 12.361.0042.2143. Código de Despesa: 33903200.Fonte: 203. Nota de Empenho Nº 00786/2012-8.(ATO DE 25/06/2012)

Fica concedida Ordem de Início a partir do dia **02/07/2012**, à empresa **ARQHOS CONSTRUÇÕES LTDA** para a execução de obras de construção de uma Unidade Municipal de Educação na Rua Pastor José Gomes, Nº 502, Caramujo – Niterói/RJ, referente à **CONCORRÊNCIA Nº 003/2012**, Processo **210/0906/2012**, Prazo: 08 (oito) meses.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art 1º – PROMOVER A PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO, com fundamento no Artigo 159, inciso II da Lei Orgânica do Município de Niterói, datada de 04.04.90 e considerando o que estabelecem os artigos 14, 15 e 16 da Lei 2.307/06, de 19 de janeiro de 2006 e a Portaria FME nº 600 /2006, de 27 de junho de 2006, de acordo com a tabela abaixo:

Matrícula	Processo	Progressão Concedida
236601-1	210/2143/2012	NS
236342-2	210/2189/2012	NS
236627-6	210/2229/2012	NS
236631-8	210/2230/2012	NS
236639-1	210/2247/2012	NS
236613-6	210/2250/2012	NS
236642-5	210/2260/2012	NS
236643-3	210/2261/2012	NS
236553-4	210/2264/2012	NS
236598-9	210/2271/2012	NS
236622-7	210/2280/2012	NS
236656-5	210/2282/2012	NS
236562-5	210/2417/2012	NS
236550-0	210/2424/2012	NS
232464-8	210/2459/2012	NS
236577-3	210/2495/2012	NS
236670-6	210/2506/2012	NS
236628-4	210/2532/2012	NS
236072-5	210/2544/2012	NS
236635-9	210/2655/2012	NS
236544-3	210/1501/2012	ESP
231500-0	210/1854/2012	ESP
233571-9	210/1955/2012	ESP
234822-5	210/1975/2012	ESP
233820-0	210/2215/2012	ESP
236650-8	210/2219/2012	ESP
236630-0	210/2232/2012	ESP
236668-0	210/2241/2012	ESP
236580-7	210/2259/2012	ESP
236623-5	210/2263/2012	ESP
236600-3	210/2270/2012	ESP
236621-9	210/2281/2012	ESP
236661-5	210/2340/2012	ESP

236617-7	210/2369/2012	ESP
236587-2	210/2383/2012	ESP
236595-5	210/2385/2012	ESP
236647-4	210/2477/2012	ESP
236626-8	210/2515/2012	ESP
235498-3	210/2540/2012	ESP
234033-9	2102541/2012	ESP
232751-8	210/2562/2012	ESP
236669-8	210/2588/2012	ESP
234549-4	210/2609/2012	ESP
236608-6	210/2666/2012	ESP
234005-7	210/2333/2012	MTD
234301-0	210/2553/2012	MTD
235510-5	210/2554/2012	MTD
236143-4	210/2570/2012	MTD
236606-0	210/2572/2012	MTD

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.
(Portaria FME/677/2012)

CPL/ EQUIPE DO PREGÃO
AVISO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2012.

O Pregoeiro, no uso de suas atribuições, informa que, em consequência do primeiro certame licitatório ter apresentado resultado DESERTO, fica marcado para o dia 12 de julho de 2012 às 14:00h, nova sessão pública para a realização do Pregão supra, no mesmo local, Auditório da FME situado na Rua Visconde de Uruguai nº 414 – Centro – Niterói-RJ. O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de ônibus, visando o atendimento de transporte de alunos e professores da Rede Pública Municipal, com saídas internas, complementares aos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas unidades de ensino e pela FME e participação em eventos esportivos. O novo Edital, com as devidas alterações, poderá ser retirado no endereço acima, no horário das 10:00h às 16:00h. Os interessados em retirar o Edital deverão apresentar 01 (um) CD-R virgem, e o carimbo padronizado do CNPJ.

TERMO DE CONTRATO Nº 740/2012

Instrumento: Termo de Contrato Nº 740/2012. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME e a **ARQHOS CONSTRUÇÕES LTDA.** **Objeto:** O presente contrato tem por objeto a execução de obras de reconstrução de uma Unidade Municipal de Educação, na Rua Pastor José Gomes, Nº 502, Caramujo – Niterói/RJ, incluindo o fornecimento de equipamentos e materiais. **Prazo: 11 (onze) meses,** contados da data da celebração do mesmo, considerados **8 (oito) meses para a execução** e de **03 (meses) meses** para o recebimento definitivo de seu objeto. (Item 12.8 do Edital da Concorrência Nº 003/2012). **Valor: R\$ 4.270.800,05** (quatro milhões duzentos e setenta mil oitocentos reais e cinco centavos), à conta do Programa de Trabalho N.º 12.365.0043.1069. Código de Despesa: 44905100. Fonte: 100. Nota de Empenho: 00741/2012-4. . **Processo:** 210/0906/2012. **Gestor do Contrato:** Sr. **FERNANDO SOARES DA CRUZ**, Matrícula 1000.569-2, em conformidade com o disposto no Art. 58 da Lei Nº 8.666/1993. **Fundamento Legal:** Art. 23, alínea "c", inciso I da Lei 8.666/93 e suas alterações e o instrumento convocatório. **Data da Assinatura:** 19/06/2012

FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN
ATOS DO PRESIDENTE

Homologo e adjudico o objeto do certame licitatório: produção musical para realização do evento Ciclo Violonístico, já tradicional no TMJC unidade cultural da FAN, à Empresa GR2 COMUNICAÇÃO LTDA, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ora vencedora da licitação, modalidade CONVITE sob o nº 015/2012 - Tipo: menor preço , conforme Processo Administrativo nº220/0498/2012 e de acordo com o Artigo 22, inciso III c/c Artigo 23, II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
DE NITERÓI – CLIN
DESPACHO DO PRESIDENTE

Homologo o resultado do julgamento da licitação realizada pelo Pregão Presencial nº 12/12, adjudicando os seus objetos à empresas TWS IND. E COM. LTDA, referente aquisição de roupeiro para os distritos, valor unitário de R\$ 377,00, fulcro na Lei Federal nº10.520, de 17.07.2002 e no Decreto Municipal nº 9.614, de 22.07.2005. Proc. Adm. 520/1296/12.

NITERÓI TERMINAIS RODOVIÁRIOS – NITER
Ato do Diretor Presidente

Portaria
Substituir a Servidora Adriana Rayol Soares Martins, mat nº 740.183, pelo servidor Luis Vinicius da Silva Martins. mat. 740.211 na Comissão do Inquérito Administrativo Disciplinar.
Esta Portaria entra em vigor a contar de 01/05/2012. (Port. nº 10/2012).

Despacho do Diretor

Licença Especial – Deferido, a partir de 18/06/2012 – 3 meses
300/154/2012 – Elias de Oliveira Rosa

NITERÓI, TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A – NITTRANS
Despacho do Presidente

Contrato nº 04/2012 – celebrando entre a Niterói, Transporte e Trânsito S/A – Nittrans e a Empresa Parvaim Software de Gestão Ltda. **Objeto:** Prestação de serviços de instalação, implantação e treinamento de pessoal, com garantia de atualização do software VETORH, do modulo Rubi, com licença de uso para até 100 funcionários, atendimento pessoal, bem como serviço de suporte técnico preventivo a ser prestado nas instalações da contratante. **Prazo:** 12 meses, a contar de 29 de maio de 2012. **Valor:** R\$ 5.136,00. **Fundamentação Legal:** Lei Federal nº 8.666/93, art. 24, II parágrafo único c/c 23, inc. II, alínea “a”. Proc. Adm. 530/808/2012.

Termo de Re-Ratificação nº 02/2012 – Aditivo nº 03/2012, celebrando entre a Niterói, Transporte e Trânsito S/A – Nittrans e a SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E CONÉRCIO S.A. Objeto: A redação da Cláusula Terceira do Termo Aditivo nº 03/2012 será acrescida pelo "Parágrafo Único – Preço". Proc. Adm. 530/655/2012.

Aviso de Adiamento

Pregão Presencial nº 07/2012

Proc. 530/495/2012 – Senhores Licitantes: Objeto: Aquisição de materiais para atender as necessidades da Divisão de Sinalização Vertical da Diretoria de Infra-Estrutura Viária da Nittrans.

Aviso

Edital de Licitação nº 08/2012

Pregão Presencial

Processo nº 530/472/2012

O Município de Niterói, através da Niterói, Transporte e Trânsito S/A – NITTRANS, torna pública a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial nos termos da Lei nº 10520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal nº 9614 de 21 de julho de 2005, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 que se encontra aberta à licitação acima referida, do tipo **menor preço global**, tendo por objeto a aquisição de caminhão com lança elevatória girafa para atender as necessidades da Divisão de Sinalização vertical da Diretoria da NITTRANS. Poderão participar desta licitação, empresas cujo ramo de atividade esteja compatível com o objeto deste Pregão. Órgão Requisitante: Niterói, Transporte e Trânsito S/A – NITTRANS; Data: 12/07/2012; Horário: 09:00 horas; Local da realização do Pregão: Praça Fonseca Ramos, s/nº, Rodoviária Roberto Silveira, 7º andar, Centro, Niterói, RJ – CEP: 24030-020; Obtenção do Edital: Praça Fonseca Ramos, s/nº, Rodoviária Roberto Silveira, 7º andar, Centro, Niterói, RJ – CEP: 24030-020, mediante a entrega de CD vazio ao Departamento de Compras; Telefone: (21) 2621-5558 das 09:00 às 18:00 horas.

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/12**

ADIAMENTO “SINE-DIE”

A EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA, comunica aos interessados que, a abertura da CP nº 16/12 anteriormente marcada para o dia 12 (doze) de julho de 2012, às 16:00 (dezesseis) horas, cujo objeto “Construção de Terminal Rodoviário no Largo da Batalha, no Município de Niterói. Fica a presente licitação adiada “sine-die” – Niterói –RJ. Niterói, 29 de junho de 2012. José Roberto Vinagre Mocarzel – P/presidente da EMUSA.

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início a firma TORQUE COMERCIAL E CONSERVAÇÃO DE ELEVADORES LTDA, a partir do dia 27/06/2012, objetivando os serviços de reparo no elevador de carga do centro Administrativo José Adhemar de Mello Reis, no Município de Niterói/RJ. Prazo: 20 (vinte) dias. Proc EMUSA Nº 510/2047/12. José Carlos da Rocha Luiz – Diretor Administrativo da EMUSA.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório, na modalidade de **CONVITE nº. 003/2012**, que visa o fornecimento de **“900 M³ de AREIA LAVADA”**, adjudicando a empresa **MATERIAIS de CONSTRUÇÃO MARIÂNGELA LTDA – CNPJ: 10.750.528/0001-31**, pelo valor global de **R\$ 79.200,00**, nas condições de entregas das mercadorias, pagamentos e validade, conforme **EDITAL. Proc. nº. 510/2161/12.**

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório, na modalidade de **CONVITE/COSE nº. 022/2012**, que visa a contratação de empresa para execução dos serviços de **ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA IMPLANTAÇÃO DO GEOTUBE (GEOTEXTIL) NA PRAIA DAS FLECHAS**, nesta Cidade de Niterói/RJ, adjudicando os serviços a empresa **ALLONDA COMERCIAL DE GEOSSINTÉTICOS AMBIENTAIS LTDA – CNPJ: 04.060.779/0001-91**, pelo valor global de **R\$ 146.518,00**, nas condições de entrega dos serviços e pagamentos, conforme **EDITAL. Proc. Nº. 510/2309/2012.**

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório, na modalidade de **TOMADA de PREÇOS nº. 025/2012** que visa a execução das obras e/ou serviços para EMUSA de **“ASSESSORIA CONTÁBIL PARA IMPLANTAÇÃO de NBCASP”**, nesta Cidade de Niterói, adjudicando os serviços a empresa **C.R SERVIÇOS de CONTABILIDADE PÚBLICA e PRIVADA LTDA - CNPJ: 01.992.029/0001-60**, pelo valor global de **R\$ 179.676,00**, com condições de entregas dos serviços, validade das propostas e pagamentos conforme disposto no **EDITAL. Proc. nº. 510/2824/2012.**

ORDEM DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início a **TOMADA DE PREÇOS nº. 014/2012**, firmado com a empresa **MULTICON CONSTRUÇÕES SERVIÇOS LTDA**, objetivando a execução do serviço de **RECUPERAÇÃO QUEBRA MAR DE JURUJUBA – CONSTRUÇÃO DE CORTINA ATIRANTADA- JURUJUBA**, a partir do dia 28/06/2012, com término previsto para o dia 28/12/2012. Proc. Nº 510/4281/11. José Carlos da Rocha Luiz – Diretor Administrativo da EMUSA.